

O primeiro ano de gestão do Governo do Aimará Evo Morales na Bolívia: avanços e limites.

Claudio Schuller Maciel (UNICAMP)

Resumo

Evo Morales foi eleito sob a proposta de consolidar uma democracia multicultural na Bolívia, para cuja conformação ocorrem, como atores diretos, os movimentos sociais. De acordo com seus proponentes, trata-se de uma revolução democrática descolonizadora, que objetiva o reconhecimento da identidade indígena da Bolívia. Continuando, essa revolução política não visa apenas o compartilhamento do poder entre setores indígenas e não indígenas, mas se traduz em impactos econômicos. Tal singularidade permitiria inclusive se falar em um capitalismo “andino-amazônico”.

O trabalho identifica as grandes questões enfrentadas pelo governo de Evo Morales na Bolívia em seu primeiro ano de gestão. Faz um resgate seletivo dos principais acontecimentos e das ações políticas tomadas pelo governo. Ao fazê-lo, aponta os avanços ocorridos e pondera sobre os limites do projeto do Movimento ao Socialismo no decorrer dos primeiros doze meses. Detêm-se particularmente em alguns tópicos centrais, a saber, o caráter da política econômica, a nacionalização dos hidrocarbonetos e a mediterraneidade do país.

Abstract

This paper deals with political and economic aspects of Evo Morales' first year since he was nominated for the Bolivian Presidency. It underlines positive points as well as limits presented by the political and economical project drawn up by Morales' party, Movimiento al Socialismo. Some central themes are particularly emphasized: the background of economic policies, which have been called “andean-amazonic capitalism”; the nationalization of hydrocarbonates; the insulation of Bolivia inside South America and recent proposals to overcome this gap.

Palavras-chave

Bolívia; Morales; economia

I. Considerações Introdutórias.

A Bolívia foi palco de intensa sublevação social nos primeiros anos deste século XXI. Surpreendeu a muitos que eventos de semelhante vulto se verificassem em regime democrático. Sem dúvida, o país vizinho parecia ter virado definitivamente páginas anteriores de sua história, que chegou a registrar quase duzentos golpes militares no período republicano. Eis que os movimentos sociais derrubaram os presidentes Gonzalo Sánchez de Lozada e Carlos Mesa em 2003 e 2005; mais ainda, a população elegeu para a presidência, de forma expressiva, o cocaleiro aimará Evo Morales em 2005. Por sua vez, cumprindo promessas eleitorais, Morales decretou o controle estatal dos negócios de hidrocarbonetos em 2006, afetando interesses relacionados com o fornecimento de gás natural ao Brasil, e gerando, via mídia, um clima de grave atrito diplomático entre os dois países.

O presente trabalho objetiva esboçar justamente o período mais recente dessa vívida Bolívia. Período que sucede a lenta e sofrida construção do projeto nacional - derivado da catastrófica guerra do Chaco de 1932-35 - de um país que consegue participar do ciclo desenvolvimentista das economias periféricas latino-americanas nos anos cinquenta, dito de “nacionalismo revolucionário”; posterior a golpes militares, os quais ainda mantêm tinturas desenvolvimentistas, mas em contexto de segurança nacional e largo endividamento externo; anos que seguem a volta à democracia na década de oitenta, a qual se verificou dentro de um quadro interno e internacional amplamente desfavorável, com a submissão aos ditames neoliberais, cujas conseqüências estendem-se ao presente.

Nesse ciclo dos passados sessenta anos, os movimentos sociais bolivianos ganharam extraordinária vitalidade. Realizou-se a afirmação identitária indígena, isto é, dos descendentes dos habitantes originários daquela terra. A longa história decorrida de 1952 ao presente desenhou passos importantes para a democracia multicultural e a descentralização político-administrativa do país.

De forma particular, a mediterraneidade da Bolívia deve ser evidenciada como um empecilho para o seu desenvolvimento. É também uma ferida nacional que nunca drena. Além dos esforços da diplomacia política, a diplomacia econômica da integração regional, em particular da integração energética, parece estar apontando um caminho

possível de resolução do problema. Diga-se de passagem, com benefícios para a América do Sul. Todavia, os países circunvizinhos deverão colaborar para a obtenção desse resultado.

De que país se trata? Um primeiro olhar descortina dimensões econômicas modestas: a superfície é expressiva – 1.098.581 quilômetros quadrados, mas o PIB de US\$ 8 bilhões ou US\$ 20 bilhões (PPC) é de uma economia de renda média baixa¹; sem surpresas, uma economia com indústria de tamanho reduzido, maior presença de setores tradicionais e pouca incorporação de novas tecnologias. O IDH situa-a entre os países com um nível de desenvolvimento intermediário. Do lado do comércio exterior, a Bolívia foi grande exportadora de estanho até 1980, passando então a avultar o gás natural e outros produtos associados à produção do petróleo. Recebedor de forte aporte de financiamento externo nos anos noventa, mediante cooperação internacional multilateral e bilateral da ordem de 11% a 15% do PIB, o país foi incorporado ao programa de alívio da dívida para países pobres altamente endividados (HIPC) do Banco Mundial e do FMI em 1999, comprometendo-se com ações para fins de combate à pobreza por cerca de vinte anos².

Lembrando das massas nas ruas de La Paz, Cochabamba e Santa Cruz, um segundo olhar permite enxergar a composição dessa população: 62% dos habitantes maiores de quinze anos se auto-identificam como pertencentes a um dos 38 povos indígenas e descendentes, sendo mais importantes os quíchuas, que totalizam 30% da população do país e os aimarás, que somam 25%. Os quíchuas são habitantes da zona dos vales e os aimarás se situam no planalto, urbano e rural. O que os identifica? A maioria da população pobre do país é indígena³.

Por último, um terceiro olhar permite divisar aspectos estruturais básicos da Bolívia que entrou no século XXI: dois terços da população é urbana e se concentra no

¹ CUNHA, A. M. Economia boliviana: estrutura interna e inserção internacional. In: ARAÚJO, H. V. de. Org. *Os países da Comunidade Andina*. BSB, FUNAG/IPRI, 2004, v.1, pp. 473 e 493.

² GREBE LÓPEZ, H. Las relaciones económicas externas de Bolivia en la globalización financiera. In GAMBINA, J. org. *La globalización económico-financiera; su impacto en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, 2002, p.52 e 54.

³ GARCÍA LINERA, A. Bolivia. In: SADER, E. et al. coords. *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. SP, Boitempo, 2006, p. 201.

eixo formado pelos Departamentos de La Paz, Cochabamba e Santa Cruz, onde a infraestrutura de transportes, os fluxos de pessoas e bens e as condições de vida reúnem os melhores padrões materiais do país. Ainda, as terras baixas do oriente boliviano, rareadas de população e com pouco peso econômico até 1960, receberam fluxos migratórios significativos oriundos do Altiplano, transformando-se em regiões de petróleo e gás e da soja, notadamente Santa Cruz, a maior cidade do país.

II. O Governo do Aimaré Evo Morales em seu primeiro ano de gestão.

1. As ações do novo governo em seus primeiros doze meses.

Nas eleições realizadas em 18 de dezembro de 2005, concorreram, de um lado, Evo Morales Ayma e Álvaro García Linera – da carreira universitária, com militância de esquerda e ex-guerrilheiro - como vice-presidente; de outro, Jorge *Tuto* Quiroga, ex-vice-presidente (1997-2000) e ex-presidente (2000), que havia renunciado à direção da Acción Democrática Nacionalista (ADN) de Hugo Bánzer Suárez e criado o partido Poder Democrático y Social (Podemos).

Em um pleito com larga adesão da população, presentes 84% do eleitorado, Morales sagrou-se vencedor pela maioria absoluta, com cerca de 54% dos votos, sendo atribuídos 29% do total a Quiroga. A vitória obtida nessas condições impossibilitava quaisquer eventuais manobras pelo Congresso, ao qual é constitucionalmente facultado a escolha na falta de maioria absoluta para a eleição de um presidente. Doutra parte, apesar da menor presença eleitoral do MAS nos departamentos orientais, a votação ali alcançada chegou a elevados 31%, contrapostos aos 43% atribuídos ao Podemos⁴. Além disso, o MAS passou a ocupar a maioria da Câmara dos Deputados e quase a metade do Senado e a contar com três dos nove governadores dos Departamentos.

Em seu discurso de posse e em pronunciamentos imediatamente posteriores, Morales lembrou aspectos dramáticos da trajetória boliviana, um somatório de massacres e de algumas “primaveras populares”; homenageou suas referências heróicas:

⁴ DUARTE VILLA, R. & DÁVILA URQUIDI, V. Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo. *Política Externa*, v.14, no. 4, março/abril/maio 2006, pp. 68-71.

Túpac Amaru, Túpac Katari, Bartolina Sisa, Ernesto “Che” Guevara, o deputado socialista Marcelo Quiroga Santa Cruz e o padre Luis Espinal; estendeu palavras de amizade aos companheiros das seis federações cocaleiras; lembrou sua espinhosa trajetória no Parlamento, onde sofreu processo de expulsão sob os adjetivos de “terrorista”, “narcotraficante” e “assassino”⁵.

Nos mesmos pronunciamentos, em termos de seus objetivos de governo, Morales enfatizou a reconstrução da face republicana do Estado, de forma a eliminar a segregação política das identidades indígenas e adotar políticas econômicas includentes. A defesa do cultivo e industrialização da folha de coca fará parte dessas políticas, mediante controle dos cultivos pactuado com as organizações sindicais. Por outro lado, a refundação da Bolívia “para todos os bolivianos” se estenderá às classes médias urbanas, em uma aliança “do poncho e da gravata” costurada habilmente por García Linera. Em particular, o novo presidente demonstrou bem avaliar a existência de segmentos empresariais poderosos e concentrados nas regiões orientais do país, que haveriam de lhe cobrar o aprofundamento da descentralização político-administrativa e que procurariam obter o maior espaço possível para o regramento das autonomias no âmbito da Assembléia Constituinte. Finalmente, a soberania nacional, disse Morales, deve ser reafirmada através da nacionalização dos recursos naturais e das empresas privatizadas, assim como por posições firmes frente ao poder norte-americano.

Cumpre sintetizar o significado dessas afirmativas discursivas. As lideranças do MAS propõem uma nação multicultural, para cuja conformação acorrem, como atores diretos, os movimentos sociais. Estes exercitam estratégias de luta pelo poder, abrindo a possibilidade de acesso aos níveis de decisão do Estado. Seguindo sua argumentação, trata-se de uma revolução democrática descolonizadora, que objetiva o reconhecimento da identidade indígena da Bolívia. Tal prática política é denominada de “evismo” pelo seu maior artífice, García Linera⁶. Seus antecedentes remontam ao abandono do sindicalismo da Central Obrera - considerado clientelista e formador de pactos sucessivos com os partidos tradicionais, em direção à coordenação sindical via

⁵ STEFANONI, P. & ALTO, H. do. *La revolución de Evo Morales*. B. Aires, Capital Intelectual, 2006, pp. 17-20.

⁶ GARCÍA LINERA, A. El evismo: lo nacional-popular en acción. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, año VII no.19, enero-abril 2006, pp.25- 32.

“instrumento político”. Essa revolução política não visa apenas o compartilhamento do poder entre setores indígenas e não indígenas, mas se traduz em impactos econômicos.

Alguns desafios políticos estão suficientemente claros. O primeiro deles é o que Tullo Vigevani apontou como o paradoxo dos governos democráticos originados na revolta popular, no repúdio ao Estado: a representação efetiva dos múltiplos cidadãos dependerá crucialmente da refundação do Estado! Assumir o poder implica na capacitação para produzir resultados nos planos econômico e social; o Estado precisa funcionar com competência e deve manter uma adequada relação com o mundo exterior. Os pilares institucionais (Parlamento, Judiciário, partidos, movimentos sociais) devem ser respeitados em um quadro de estado de direito⁷.

Contudo, essa refundação *não poderá prescindir de ousadia*. Afigura-se no horizonte próximo? É Vigevani ainda que pondera, apoiado em Omar Encarnación: o medo do regresso autoritário e de suas atrocidades pode justamente desestimular as transformações econômicas, sociais e institucionais reputadas essenciais para o alcance de amplos benefícios⁸.

Como se houve Morales no seu primeiro ano de gestão? O presidente compôs um gabinete ministerial onde se integraram conhecidos militantes mas também representações das classes médias e empresariais. Nos postos mais propriamente políticos, o Ministério da Presidência coube a Juan Ramón Quintana, sociólogo e ex-militar; o de Governo foi assumido por Alicia Muñoz, ex-senadora do MAS; o Ministério da Justiça ficou encabeçado por Casimira Rodríguez, defensora de direitos para as empregadas domésticas; a Pasta de Relações Exteriores passou a ser exercida pelo indianista David Choquehuanca. No âmbito dos setores econômicos, a responsabilidade pelas ações do nevrálgico Ministério de Hidrocarbonetos foi delegada ao conhecido militante e crítico da atuação das empresas de petróleo, ex-senador Andrés Soliz Rada; Salvador Ric Riera, empresário multimilionário, ficou encarregado das Obras e Serviços Públicos; a liderança de Abel Mamani frente à Federação de Juntas de Vizinhaça recomendou-lhe para o Ministério da Água; ao ativista Hugo Salvatierra foi

⁷ VIGEVANI, T. Os novos paradoxos latino-americanos. *Pol. Externa*, v.14(4): 12-13, mar/abr/maio 2006.

⁸ VIGEVANI, T., *op. cit.*, p. 17.

delegada a responsabilidade pela pasta de Desenvolvimento Rural. No âmbito das políticas propriamente sociais, assumiram: o operário fabril Álex Gálvez Mamani no Ministério do Trabalho; o sociólogo aimará Félix Patzi na pasta da Educação e o ex-dirigente cocaleiro Felipe Cáceres no Ministério da Defesa Social⁹.

Em seus primeiros meses de governo, Morales reuniu-se incessantemente com movimentos sociais, indígenas e sindicais, aos quais ouviu, arbitrou interesses e prestou contas; de forma especial, continuou a gerir – não sem críticas - as seis federações cocaleiras do Chapare¹⁰. Configurou-se, assim, um sistema de consultas recíprocas ao qual não escapam formas clientelistas e prebendadas da política, relativizando construções teóricas recentes que “han transformando a los movimientos sociales en el lado bueno de una frontera infranqueable que separa lo político (impuro) de lo social (puro)”¹¹.

Nos eventos iniciais relativos às relações externas, foram reiterados os ataques ao neoliberalismo e ao governo Bush. Em contraposição, sucessivos encontros com os dirigentes Hugo Chávez e Fidel Castro resultaram em ajuda financeira direta e no fornecimento de insumos produtivos, mas também na tentativa de sedimentação da Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA) e do Tratado de Comércio dos Povos (TCP). A aproximação de Morales com Chávez e Fidel gerou, obviamente, as mais variadas especulações, desde “formação de um novo eixo do mal”, até apostas sobre o peso, na América do Sul, do líder Chávez ou do líder Lula...

Mais recentemente, a Bolívia ampliou o seu leque de negociações: assinou importante acordo de fornecimento de gás natural para a Argentina; animou conversações com o Chile sobre contratos de energia elétrica; decidiu continuar na Comunidade Andina, em que pese a retirada da Venezuela, que protestou contra as

⁹ STEFANONI, P. & ALTO, H. do, *op. cit.*, pp.96-98; CUBA ROJAS, L. P. Bolivia: movimientos sociales, nacionalización y Asamblea Constituyente. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, año VII no.19, enero-abril 2006, pp.56-57. Em janeiro de 2007, Morales substituiu sete ministros, de um total de 16: Justiça, Governo, Planejamento, Educação, Obras Públicas, Trabalho e Desenvolvimento Rural. Observe-se que a região de Santa Cruz continuou com representação mínima.

¹⁰ STEFANONI, P. & ALTO, H. do, *op. cit.*, p.102.

¹¹ STEFANONI, P. & ALTO, H. do, *op. cit.*, p.99.

negociações com os EUA concluídas pelo Peru e pela Colômbia; solicitou adesão ao Mercosul¹².

Apesar de acenar com ações de cooperação, o governo Morales mostra divergências acentuadas com os EUA acerca da erradicação das plantações de coca¹³. Assim, recentemente, o governo boliviano anunciou o aumento da área legal de plantação dos atuais 12 mil hectares para 20 mil hectares. Esclareceu sua intenção de incentivar o mercado interno e a industrialização do produto (xampu, tempero), para tal introduzindo regulamentação que permite aos milhares de produtores comercializarem diretamente a folha de coca. Anteriormente, o negócio estava nas mãos de cerca de 5.000 varejistas licenciados para trabalhar em apenas dois centros autorizados. Contra-argumentam as autoridades norte-americanas que o êxito na apreensão não está viabilizando metas elevadas de erradicação e de desenvolvimento alternativo.

Tal qual se verificara em 1937 e 1969, o presidente boliviano decretou, em maio, o controle estatal dos negócios ligados aos hidrocarbonetos. Rompia, desta forma, os 76 contratos que a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) firmara com empresas estrangeiras na primeira gestão de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), sem que fossem autorizados e aprovados pelo Congresso Nacional.

Tendo em vista a importância da Petrobrás Bolívia, com duas refinarias instaladas e a operação de dois megacampos de gás natural, o anúncio do decreto pelo presidente deu-se em uma dessas instalações, acompanhado ostensivamente de tropas do exército. Tal atitude originou visível mal-estar no Brasil, onde, com rapidez, a mídia gestou uma crise de excessivas proporções entre os dois países. Sem dúvida, procurando afirmação interna, mas também exercendo pressões, Morales e assessores afetos aos hidrocarbonetos foram autores, ao longo dos meses, de muitas declarações emocionais e verdadeiras “bravatas”, tais como ameaças de expropriação “imediate”, o pedido “de

¹² Este objetivo pressupõe que as partes entabulem negociações espinhosas: a integração do país em duas uniões aduaneiras ao mesmo tempo, Comunidade Andina e Mercosul; a entrada em condições privilegiadas, sem participação na TEC ou com exceções suficientes e tratamentos diferenciados para não aumentar custos de produção, o que poderá gerar protestos do Uruguai e Paraguai, mas também dos não admitidos Chile e México.

¹³ O assunto é seguramente gerador de repercussões no Brasil. São enviadas anualmente 80 toneladas de pasta-base ao Brasil, onde adquire o valor de cerca de US\$ 560 milhões.

presente” das duas refinarias ou o cancelamento “inevitável” da vinda de Morales ao Brasil caso não fossem aceitos novos patamares de preço do gás. Ressalte-se, em contraposição, a serenidade com que a diplomacia brasileira e o próprio presidente Lula vêm tratando as relações com a Bolívia desde maio, tendo sempre em conta a enorme assimetria econômica entre os dois países e a perseguição ao objetivo maior de sedimentação da comunidade sul-americana de nações¹⁴.

Tão logo se instalou no mês de julho em Sucre, a Assembléia Constituinte abrigou desgastante disputa sobre o sistema de aprovação dos artigos da nova Carta. O governo, que ficara com 50,7% das cadeiras da Constituinte, pressionava para que o regulamento contemplasse a aprovação por maioria simples - 50% dos votos mais um (128 constituintes), apesar de a atual Constituição e a Lei de Convocatória afirmarem que a nova Constituição deve ser aprovada por dois terços. A oposição postulava maioria qualificada, de dois terços (170 constituintes), não apenas porque assim dispunha os citados diplomas legais, mas pelo temor de que o governo tirasse da pauta o tema da autonomia departamental, aprovado em cinco departamentos em referendo realizado em julho. Em 17 de novembro, o governo obteve uma primeira vitória, mas em 15 de fevereiro de 2007, foi cancelado o sistema de maioria qualificada. O regulamento aprovado pelos parlamentares estabeleceu também que os artigos que não obtiverem dois terços dos votos (não aprovação até 02 de julho) serão submetidos a referendo popular. Semelhante postergação da discussão das matérias constitucionais não se verificará sem ônus, posto que a Assembléia Constituinte deve encerrar suas atividades até o dia 6 de agosto deste ano.

Os embates sobre a processualística na Assembléia Constituinte estiveram vinculados, como se referiu, à questão da autonomia dos Departamentos. Em referendo nacional, em julho de 2006, o “não” à autonomia venceu em cinco dos nove Departamentos da Bolívia. Desde então, as lideranças de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija vêm constituindo uma verdadeira frente de oposição a Morales. Consumada a vitória inicial do governo, com a obtenção do rito processual de maioria simples nas votações, protestos de variada ordem irradiaram naquelas unidades federativas: em fim de novembro, greve de fome em Sucre, desencadeada por 8 representantes do partido

¹⁴ Para considerações específicas sobre os resultados das negociações em torno ao fornecimento do gás boliviano ao Brasil, ver adiante no texto.

centrista União Nacional; na primeira metade de dezembro, época em que se reuniram os presidentes da Comunidade Sul-Americana de Nações na Bolívia, mais de 600 pessoas em greve de fome nos vários departamentos oposicionistas, entre elas 31 parlamentares e 4 governadores da oposição; também em dezembro, ao norte do departamento de Santa Cruz, manifestações das quais resultaram 20 feridos sem gravidade, além de carros destruídos; na primeira metade de janeiro, protestos contra o governador em Cochabamba, que incluiu a criação de um governo “paralelo”, 2 mortos e pelo menos 130 feridos.

O fato de Morales manter seu cargo de secretário-executivo da federação das seis federações do trópico imputa-lhe responsabilidades em ações como a de Cochabamba; doutra parte, na qualidade de presidente, deve procurar evitar o crescimento da mobilização oposicionista. Contudo, esta não é pequena: vários Comitês Cívicos, liderados pela elite econômica; a Junta Autonômica Democrática da Bolívia; a CAO-Cooperativa Agrícola do Oriente, que reúne os maiores produtores agrícolas do departamento de Santa Cruz; a organização fascistóide União Juvenil Cruzenhista (UJC) e outros.

Além da matéria processual na Assembléia Constituinte, Morales acirrou os ânimos oposicionistas dos departamentos orientais com duas novas ações, no mesmo mês de novembro: a) o envio ao Congresso de um projeto de lei que outorga poderes ao Legislativo para fiscalizar governos departamentais e, ao Executivo, a decisão sobre destituí-los ou não e b) a votação vitoriosa no Senado da lei que modifica as bases da reforma agrária no país.

Sobre o projeto de lei, o presidente argumentou que, com o aumento da arrecadação devido aos novos contratos com as empresas petrolíferas, o dinheiro dos Estados precisará ser mais bem fiscalizado. Conforme o rito proposto, o Congresso interpela e, se forem comprovadas irregularidades, aprova moções de censura contra governadores. Nesse caso, o governador censurado é obrigado a renunciar e, aí caberia ao presidente decidir se ele fica ou deixa o cargo.

A Lei 3.454, que modifica a chamada Lei INRA (sigla para Instituto Nacional de Reforma Agrária) objetiva redistribuir rapidamente 750 mil hectares dos 2,5 milhões de há que estão em processo de regularização e se localizam, em sua maior parte, no departamento de Santa Cruz. A lei outorga ao governo o poder para expropriar

latifúndios improdutivos de maneira rápida, administrativa, sem esperar um procedimento jurídico longo. Confere ao Poder Executivo o poder de comprovar se a terra está cumprindo suas funções social e econômica. Se a avaliação for negativa, há dois caminhos: expropriação e reversão ao Estado (sem indenização). Em segundo lugar, é privilegiada a titulação coletiva de terras. Em terceiro lugar, é respeitado o direito de propriedade das empresas que mantêm terras produtivas, independentemente do tamanho¹⁵.

Por último, cabe referir o encaminhamento ao Congresso por Morales, em janeiro último, de projeto de lei prevendo a justiça comunitária, isto é, que as decisões coletivas tomadas por autoridades indígenas e camponesas “sejam de ordem pública e de cumprimento obrigatório”. Essa ação do Executivo se verificava ao mesmo tempo em que o presidente acusava a Suprema Corte de Justiça de local de “corrupta” e subordinada a interesses “políticos”.

2. O capitalismo “andino-amazônico” ou a política econômica do MAS.

No plano mais geral, a análise econômica oferecida pelo MAS se reporta aos elementos do discurso do nacionalismo militar em suas várias épocas e aos desafios enfrentados desde a Revolução Nacional de 1952: por um lado, questiona-se o desenvolvimento fundado no primário exportador, com forte drenagem do excedente ao exterior; por outro, quer-se melhores oportunidades para as estruturas comunitárias e tradicionais. Para o encaminhamento dessas ações, não é possível prescindir de um Estado forte, que volta a avocar a si o controle dos negócios relativos aos hidrocarbonetos e do respectivo excedente, o qual será redistribuído para um espectro heterogêneo de setores populares urbanos, rurais e comunitários.

Na formulação de García Linera, ao “evismo” corresponderá, no plano econômico-social, um verdadeiro “capitalismo andino-amazônico”. Posto que a base material do evismo é a atenção prioritária à pequena produção, individual, familiar, comunitária, as políticas econômicas devem conformar uma lógica de articulação não-

¹⁵ Cerca de 200 famílias brasileiras produzem soja na Bolívia. Estão entre os mais importantes produtores, em termos de quantidade de soja, e suas terras têm títulos já regularizados.

subordinada da economia tradicional ao pólo moderno¹⁶. Observe-se que o componente antiimperialista do discurso evista não exclui a inserção no mundo globalizado via a manutenção da presença das empresas estrangeiras.

Para o bom sucesso do “capitalismo andino-amazônico”, haverá que se atribuir pesos, ainda não definidos, ao investimento externo, à economia estatal e à economia tradicional urbano-rural. O fato é que essa dinâmica econômica pós-liberal não se afigura óbvia a vários analistas. Para Quijano, não estão esclarecidas as relações entre as duas formas de administração do capital, vale dizer, o controle estatal de uma parte mais substantiva da renda produzida pela comercialização do gás e do petróleo *versus* o controle privado-empresarial do resto da acumulação capitalista, este último capitaneado sobretudo pelo empresariado dos departamentos orientais¹⁷. A crítica do sociólogo e economista boliviano Lorgio O. Aillón é ainda mais contundente: o projeto é essencialmente reformista, mantendo as estruturas fundamentais do capitalismo, mas também não dando sinais de que mudará radicalmente certas instituições e princípios da política macroeconômica neoliberal, tais como a estabilidade econômica, o controle do déficit fiscal, o controle da inflação, a abertura irrestrita da economia ao comércio exterior, etc.¹⁸.

Em estudo recente sobre as economias latino-americanas, Wilson Cano empreende profunda revisão dos efeitos deletérios causados pela aplicação do figurino neoliberal sobre suas estruturas. Ao fazê-lo, deixa claro que *comportamentos ambíguos - expressos por conservadorismo na economia com heterodoxia na política - levaram a becos sem saída*. Em redação precisa, transmite uma avaliação taxativa: “a sustentabilidade de um alto e persistente crescimento é improvável com o atual modelo, dado que seu principal elemento é o fluxo de capital externo, que teria que ser permanente e crescente. Isso se deve à elevada vulnerabilidade externa, à desregulamentação e à liberalidade para as relações econômicas internacionais”¹⁹. Após desdobrar argumentos de ordem macroeconômica, conclui: “a continuidade das

¹⁶ GARCÍA LINERA, A., *op. cit.*, p. 28.

¹⁷ QUIJANO, A. Estado-nación y “movimientos indígenas” en la región Andina: cuestiones abiertas. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, año VII no.19, enero-abril 2006, pp. 18.

¹⁸ ORELLANA AILLÓN, L. Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, año VII no.19, enero-abril 2006, p.50.

¹⁹ CANO, W. Economía. In: SADER, E. et al. coords. *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. SP, Boitempo, 2006, pp. 436.

reformas em marcha (...) conduzirá os Estados nacionais a um grau ainda menor de intervenção na economia, paradoxalmente, quando ela se torna mais necessária para a reconversão da política econômica. Esta, contudo, certamente exigirá um difícil e complexo arranjo político interno e externo, com necessário *turnover* nos segmentos dirigentes da economia, da política e do Estado”²⁰.

A gestão econômica de Morales beneficiou-se, sem dúvida, de um conjunto de fatores muito positivos que já dera maior fôlego para o governo anterior, de Carlos Mesa e Eduardo Rodriguez Veltzé, verificando-se certa inflexão dos indicadores de regressão econômica do período 1999-2001: i. alta dos preços internacionais da soja; ii. aumento da demanda externa de gás natural e petróleo (Brasil e Argentina), paralelo à elevação dos preços internacionais do barril; iii. apoio econômico externo da ordem de 9 milhões de dólares, recebido dos Estados Unidos e Brasil, além de promessas de financiamento da União Européia²¹. Em consequência, o PIB cresceu próximo de 3% a.a. em 2002 e 2003 e evoluiu ao ritmo de 3,6% e 3,8% a.a. em 2004 e 2005, ultrapassando US\$ 8 bilhões; as variações do PIB real por habitante atingiram 1,4% e 2,1% nos anos 2004 e 2005; as exportações saltaram de US\$ 1.598 milhões em 2003 para US\$ 2.146 e US\$ 2.575 milhões em 2004 e 2005, notadamente com a participação do gás natural, soja e nozes; todavia, a taxa de investimento não retornou aos níveis de 1997 e 1998, beirando 16% em 2002, mas voltando a 13,1% e 13,6% em 2004 e 2005²². Positivamente ainda, haveria de se registrar a melhora das contas públicas, em virtude do aumento da alíquota dos combustíveis líquidos e da arrecadação do novo imposto direto sobre hidrocarbonetos (IDH).

Adversamente, graves questões estruturais da gestão macroeconômica eram espelhadas nos seguintes processos: i. a austeridade fiscal continuava imperando, com os reflexos sabidos nos investimentos públicos do campo social; ii. os investimentos privados programados se concentravam basicamente nos projetos mineiros de prata e zinco de San Cristóbal, San Bartolomé e Karichipampa; iii. a informalidade situava-se em nível superior a 60%; iv. os depósitos em moeda estrangeira constituíam uma

²⁰ Ibid, p. 438.

²¹ VIZENTINI, P. G. F. As relações internacionais da Bolívia: os desafios da globalização e da integração. In: ARAÚJO, H. V. de. Org. *Os países da Comunidade Andina*. BSB, FUNAG/IPRI, 2004, v.1, pp. 364.

²² Conforme indicadores da CEPAL.

proporção importante do total de depósitos, acarretando episódios de retiradas de dinheiro em um contexto de progressiva desintermediação financeira antes de 2004 ou o alargamento da liquidez dos bancos e das inversões temporárias no exterior a partir desse ano; v.o superávit comercial de 2005 foi muito empalidecido pelo enorme déficit em serviços, talvez motivado pela elevada incerteza política e a possível vitória nas eleições presidenciais de Evo Morales.

As poucas informações consolidadas já disponíveis relativas ao ano de 2006 permitem constatar a permanência de dados positivos, mas também o longo caminho a percorrer para a apregoada “refundação” do Estado: a marcante arrecadação de impostos, tendo em vista a maior tributação no setor de gás e os altos preços internacionais dos minerais; a presença inédita de um superávit fiscal nominal; a promessa de perdão de dívida da ordem de US\$ 1,3 bilhão em 2007, por organismo multilateral (BID), com o apoio do Brasil e dos Estados Unidos; crescimento relevante dos investimentos infra-estruturais, mas bem menor, na área social; capacidade limitada de implementação, com baixa execução orçamentária dos investimentos programados pelos Departamentos; larga centralização administrativa e burocrática em La Paz.

3. A nacionalização dos hidrocarbonetos.

Posto que as questões relativas ao petróleo e gás foram determinantes da eleição e norteadoras das primeiras grandes políticas, o seu equacionamento futuro será crucial. Inicialmente, cabem esclarecimentos sucintos a respeito da retomada do controle dos negócios ligados aos hidrocarbonetos pelo Estado.

Adjetivado de “Heróis do Chaco”, o decreto 28.701 se sustenta no que prescreve o art. 139 da Constituição Política do Estado Boliviano: “as jazidas de hidrocarbonetos, qualquer que seja o estado em que se encontrem ou a forma que apresentem, são de domínio direto, inalienável e imprescritível do Estado. Nenhuma concessão ou contrato poderá conferir a propriedade das jazidas de hidrocarbonetos. A exploração, exploração, comercialização e transporte dos hidrocarbonetos e de seus derivados, cabem ao Estado. Este direito será exercido mediante entidades autárquicas ou através de concessões ou

contratos por tempo limitado, a sociedades mistas de operação conjunta ou a pessoas de direito privado, conforme a lei”²³.

Significa dizer que os contratos de concessão só podem conter cláusulas que facultem limitadamente a operação de risco compartilhado nas atividades de exploração, exploração, comercialização e transporte dos hidrocarbonetos e de seus derivados, com a entrega dos resultados da operação à Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). A norma constitucional veda, portanto, o exercício privado de disposição – atributo inerente à propriedade – dos produtos e derivados de hidrocarbonetos²⁴.

Segue-se daí que o decreto 28.701 contenha três importantes determinações: a) as empresas concessionárias²⁵ passarão a entregar sua produção à YPFB, que a comercializará; b) novos contratos deverão ser firmados em um prazo de cento e oitenta dias, a partir de maio de 2006; c) campos cuja produção ascenda a mais de 100 milhões de pés cúbicos diários de gás contribuirão com um somatório de impostos e outros direitos da ordem de 82%. Ainda, o decreto de Morales volta a assegurar a maioria acionária para o Estado de algumas empresas - envolvendo negócios de hidrocarbonetos - que haviam sido “capitalizadas” (privatizadas) na gestão de Sánchez de Lozada.

Expostas as bases legais da retomada do controle estatal, é importante aquilatar alguns aspectos sensíveis dos negócios energéticos aos olhos dos cidadãos bolivianos. A produção de gás da Bolívia é da ordem de 37,6 milhões de metros cúbicos por dia. Esta produção é escoada através de dois gasodutos para São Paulo e Cuiabá, no Brasil, e por outro gasoduto, para a fronteira argentina. Tão somente 400 mil metros cúbicos de gás

²³ “Los yacimientos de hidrocarburos, cualquiera que sea el estado en que se encuentren o la forma en que se presenten, son del dominio directo, inalienable e imprescriptible del Estado. Ninguna concesión o contrato podrá conferir la propiedad de los yacimientos de hidrocarburos. La exploración, explotación, comercialización y transporte de los hidrocarburos y sus derivados, corresponden al Estado. Este derecho lo ejercerá mediante entidades autárquicas o a través de concesiones y contratos por tiempo limitado, a sociedades mixtas de operación conjunta o a personas privadas, conforme a ley”.

²⁴ É o entendimento de LAZCANO HENRY, J. C. *et al.* La demanda de nulidad de las concesiones hidrocarburíferas en Bolivia. *Realidad Económica*, no. 212, mayo/junio 2005, pp. 24-27.

²⁵ Os parceiros envolvidos são numerosos: E.P. Chaco SAM; E.P. Chaco S.A.; Chevron International Limited (Bolívia); Diamond Shamrock Boliviana Ltda; Petrobrás Bolivia S.A.; Sociedad Petrolera del Oriente SA; Tesoro Bolivia Petroleum Company; YPF SA (Sucursal Bolívia); Maxus Bolivia Inc.; Pérez Companc SA; Pluspetrol SA; Pluspetrol Bolivia Corporation; E.P. Andina SAM; Repsol Exploration Secure SA; Tecpetrol International Inc.; Bidas SA Petrolera Industrial y Co.; Vintage Petroleum Boliviana Ltd.; Total Exploration Production Bolivie; Shamrock Ventures Boliviana Ltd.; RTB Gama Ltda; Matpetrol SA; Transredes; Panamerican Energy Bolivia SAO; BHP Boliviana de Petróleos Inc.; Dong Won Corporation Bolivia; Petrolex AS; Canadian Energy Enterprises; Monelco SRL e Empresa Boliviana de Refinacion ERB. Listagem detalhada em LAZCANO HENRY, J. C. *et ali.*, op. cit., pp. 27-28.

por dia se dirigem por gasoduto às cidades de Oruro e La Paz; vários departamentos simplesmente não se beneficiam de gasodutos²⁶.

Todavia, um verdadeiro bloco de investimentos é sonhado pelos defensores do uso prioritário do energético no mercado interno: construção do gasoduto Tarija-Potosí e instalação de termelétricas em Tarija; indústria de fertilizantes em Salar de Uyuni; planta de polietileno e polipropileno em Patacamaya (La Paz); planta de dimetil-eter em Sicasica (fronteira entre Oruro e La Paz); desenvolvimento do ferro de Changolla, Cochabamba; construção do gasoduto Santa Cruz-Beni-Pando, permitindo i. a exploração do ferro de Mutún (Santa Cruz), ii. a instalação de planta de diesel ecológico em Puerto Suárez; iii. o apoio de termelétricas à produção pecuária de Beni e de castanhas de Pando. Complementarmente, a integração nacional seria beneficiada pela interligação dos dois gasodutos anteriormente citados²⁷.

A nacionalização das refinarias na Bolívia implicará em vários desdobramentos futuros, ainda em processo de definição político-diplomática. Um deles é saber se continuarão os investimentos em expansão da produção por investidores externos, que injetaram US\$ 3,6 bilhões entre 1995 e 2005, tendo em vista a redução então vigente e muito atrativa de 50% para 18% dos impostos incidentes sobre o setor. Trata-se de questão relevante, posto que a falta de investimentos poderá acarretar a diminuição da oferta – por efeito de esgotamento de poços – em percentual expressivo.

O processo de negociação dos acordos da Bolívia com as empresas petrolíferas deixou claro que a denominada “nacionalização” haveria de consistir, fundamentalmente, de uma renegociação sobre a partilha da renda do gás natural, seja por conta das pressões das referidas empresas, seja porque a estatal YPFB está muito desestruturada e descapitalizada. Em princípio, a YPFB deveria ter assumido o controle da produção, transporte, refinação, armazenagem, distribuição, comercialização e industrialização dos hidrocarbonetos. Para tanto, a estatal deveria ser reestruturada em 60 dias, desde maio, meta verdadeiramente irrealista. Prova disto é que a YPFB assumiu a distribuição atacadista de combustíveis em julho, mas teve problemas de logística, provocando o desabastecimento de diesel em várias regiões.

²⁶ SOLIZ RADA, A. El mapa vacío: nacionalizar o perecer. *Realidad Económica*, no. 212, mayo/junio 2005, pp. 17..

²⁷ *Ibid*, pp. 17-18.

Em que bases foram formulados os novos contratos, assinados ao final de outubro de 2006? Os instrumentos firmados garantem o retorno acima dos custos recuperáveis, isto é, asseguram 50% ao Estado (e não 82%) e a divisão do lucro líquido (excluídos os custos) entre a Petrobrás e a Bolívia (YPFB) por um cálculo que inclui variáveis como investimento, produção, preços e depreciação. Dito de outra forma, cada empresa tem o custo garantido e divide o lucro (com a YPFB) em razão do preço, da produção e do ritmo do investimento. Assemelha-se à prestação de serviços, visto envolver um volume de pagamentos, impostos e ressarcimento de custos; assemelha-se ao compartilhamento de produção, pois a parcela adicional é variável em razão dos investimentos, da produção, dos preços e da depreciação.

Examinemos algumas particularidades do tratamento dado à Petrobrás. As obras de construção do Gasoduto Bolívia-Brasil foram iniciadas em 1997, sob um compromisso sobredimensionado de compra de gás de 16 milhões de metros cúbicos por dia. Posteriormente, esforços de aumento do mercado para o gás no Brasil levaram a novos compromissos de compra de gás boliviano, da ordem de 24 a 26 milhões de metros cúbicos por dia. A Petrobrás tornou-se a maior empresa brasileira naquele país, com investimentos de aproximadamente US\$ 1 bilhão no período 1996-2004, em exploração de gás e refinarias. A Petrobrás Bolívia produz 24 milhões de metros cúbicos com suas sócias Total e Repsol, mas exporta para o Brasil 26 milhões de metros cúbicos. Sua atividade está muito concentrada no megacampo de San Antonio, província de Gran Chaco, departamento de Tarija, sul da Bolívia, que responde por cerca de 25% do abastecimento desse combustível no Brasil. Construído entre 2001 e 2002, custou US\$ 220 milhões.

De maio a novembro de 2006, os dois megacampos operados pela Petrobrás, San Alberto e San Antonio, foram tributados em 82%. O decreto de nacionalização havia previsto essa alíquota justamente para campos com produção superior a 100 milhões de pés cúbicos por dia durante o período de 180 dias de transição para os novos contratos. A tributação foi rateada com suas outras duas sócias nos megacampos, a espanhola Repsol (50%) e a francesa Total (15%).

Em fevereiro de 2007, após mais de oito meses de negociação em caráter técnico, a Petrobrás aceitou pagar à estatal boliviana YPFB um valor adicional pelo gás com poder calorífico acima de 8.900 quilocalorias por metro cúbico, em um acerto de

natureza política, entre os presidentes dos dois países. A justificativa é o fato de o gás fornecido pelo país vizinho, por conta de sua composição química, produzir uma quantidade de energia maior do que a necessária para o uso industrial feito no Brasil. Portanto, as entregas realizadas vêm incluindo componentes ricos ou nobres: etano (produção de plástico), propano e butano (gás de cozinha) e a gasolina natural, matéria prima na indústria petroquímica. Após exame por cromatógrafo, que verificará sua composição, haverá repasse monetário sobre o teor adicional do gás, com base nas cotações internacionais dos produtos.

Acordado o preço, resta ainda o contencioso sobre a transferência do controle acionário de duas refinarias da Petrobrás para o Estado boliviano. Localizadas em Cochabamba e em Santa Cruz, as plantas foram adquiridas em 1999 pela Petrobrás e, sozinhas, abastecem todo o mercado de derivados de petróleo da Bolívia. Do lado boliviano, estão sendo avaliadas pelo Banco Lazard Frères; a Petrobrás também realizará sua própria avaliação.

Apesar dos “arranhões” na questão dos hidrocarbonetos, a formulação conjunta de projetos entre Brasil e Bolívia é promissora. Desde logo, seria possível ampliar a capacidade do gasoduto Bolívia-BR de 30 milhões de metros cúbicos para 45 milhões de metros cúbicos. Mais concretamente, a Petrobrás construirá um gasoduto no sul do continente, aumentando o fornecimento para o Brasil (especificamente Rio Grande do Sul e Paraná), Paraguai e Uruguai. Por outro lado, o Brasil ofereceu financiamento via Proex para a construção de uma rodovia para a interligação física da América do Sul: irá de La Paz até o norte da Bolívia, fazendo conexão com a rodovia Brasil-Peru.

Outra frente de acordos – e de futuros bons atritos! - diz respeito à construção de usinas no rio Madeira. O Brasil pretende construir as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, com investimento previsto de R\$ 18,4 bilhões. A Bolívia está interessada em parceria para a construção de um aproveitamento em território boliviano, em um local chamado Cachuela Esperanza, no rio Beni, da ordem de 800 MW. Outra opção é uma usina binacional no rio Mamoré, fronteira com a Bolívia no Estado de Rondônia. Essa usina ficaria entre as cidades de Guajará-Mirim e Abunã e teria capacidade para gerar cerca de 3.000 MW. Nem é preciso dizer, controvérsias sobre as consequências para o meio ambiente de todos esses empreendimentos já estão aflorando. No campo

diplomático, os países poderão se reportar ao Convênio para a Preservação, Conservação e Fiscalização dos Recursos Naturais nas Áreas de Fronteira.

4. A mediterraneidade boliviana.

No plano da política externa, Morales deverá continuar a perseguir novas opções diplomático-econômicas para a centenária questão da mediterraneidade boliviana. As dificuldades não podem ser subestimadas, constituindo indicadores das mesmas os atritos registrados nas fronteiras entre Chile, Peru e Bolívia; o baixo nível do comércio exterior bilateral entre os citados países; o recente episódio (2003) de oposição da população ao projeto de instalação no Chile de uma fábrica de liquefação de gás natural boliviano para exportação ao mercado da Califórnia. Para agudizar o quadro, não pode deixar de ser acrescido o atrito entre Peru e Chile acerca de 30 mil quilômetros quadrados de mar de domínio chileno²⁸.

O tema há de ser tratado de forma a que seja de interesse das partes Chile e Peru, mas também da comunidade sul-americana. Neste sentido, em 2000, a Bolívia tomou a iniciativa de propor aos dois países um verdadeiro programa de desenvolvimento trinacional²⁹, compreendendo uma mega-região – hoje, de menor expressão econômica – da ordem de 700 mil quilômetros quadrados e 5 milhões de habitantes. Futuras interconexões compreenderiam as cidades de La Paz, Oruro e Potosí na Bolívia; Arequipa, Puno e Tacna, no Peru; e Arica, Iquique e Antofagasta, no Chile³⁰.

Se for levada em conta a crescente demanda de matérias-primas sul-americanas no século XXI, notadamente pela China, estudos estratégicos³¹ já projetam o escoamento de grãos do centro-oeste brasileiro, assim como do cobre, do ferro, do gás, da carne, oriundos do Chile, Peru, Bolívia, Brasil e Argentina através de portos do

²⁸ Questões apontadas em FERNÁNDEZ SAAVEDRA, G. Uma visão das relações entre Bolívia, Chile e Peru. *Política Externa*, v.14, no. 4, março/abril/maio 2006, pp. 27-28.

²⁹ Segue-se aqui livremente FERNÁNDEZ SAAVEDRA, G. *op. cit.*, pp.37-41.

³⁰ Dignas de nota são também as considerações do embaixador chileno Luis Maira, que postula “colocar os problemas da Bolívia e do Chile em um contexto mais amplo”, referindo-se “ao coração da parte central da América do Sul: o Sul peruano, o grande Norte chileno, o Noroeste argentino, o Sudoeste brasileiro, mais o Paraguai e a Bolívia, que são os países mediterrâneos da região”. MAIRA, L. Perspectivas das relações entre o Chile e a Bolívia. *Diplomacia - Estratégia – Política*, no. 5, janeiro-março de 2007, pp. 40-55.

³¹ Notadamente, os planos de integração rodoviária do IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana).

Pacífico, que poderiam se situar em Mejillones, Iquique, Arica, Matarani ou Ilo. Além de um grande número de projetos de infra-estrutura física, são divisadas iniciativas conjuntas para a coordenação de políticas e legislações sobre mineração; a exploração, transporte e utilização de água para as populações e atividades econômicas nas costas do Pacífico (crucial intercâmbio boliviano-chileno no futuro); ampliação das escalas atuais de operação das indústrias de consumo imediato; expansão do setor serviços (suporte ao comércio, apoio à produção, entretenimento).

III. Observações Finais.

Após quase quinze anos de gradativa afirmação e muitas lutas, o Movimiento al Socialismo (MAS) chegou ao poder na Bolívia, com a vitória do cocaleiro aimará Evo Morales. Sua proposta maior é uma revolução democrática descolonizadora, que objetiva o reconhecimento da identidade indígena da Bolívia. Continuando a argumentação, essa revolução política não visa apenas o compartilhamento do poder entre setores indígenas e não indígenas, mas haverá de se traduzir em impactos econômicos.

Segundo Tullo Vigevani, este texto apontou que a representação efetiva dos múltiplos cidadãos dependerá crucialmente da refundação do Estado boliviano, implicando capacitação para produzir resultados nos planos econômico e social. Observados os doze primeiros meses de gestão de Morales, são dignos de nota os seguintes pontos:

1. *a discussão e a proclamação de uma nova Constituição*, com significativos avanços na direção pretendida pelo MAS, *sofreram sensível atraso*, visto que, só recentemente, foi acordada a forma de aprovação das matérias constitucionais;

2. a oposição expressiva de quatro departamentos orientais - Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija – nas discussões ainda iniciais da Assembléia Constituinte e na proposta de reforma agrária de Morales acirrou animosidades e reacendeu o fantasma das “duas Bolívias”. Sabendo-se que não apenas detêm larga porção territorial mas, sobretudo, abrigam a maior parte da população e são responsáveis pela produção de petróleo, gás e soja, com as conseqüentes repercussões na arrecadação tributária, *os desdobramentos daquelas discussões e de quanto será possível implementar a reforma agrária em terras*

dos citados departamentos constituirão desafios muito grandes para o governo de Morales no presente ano;

3. A gestão econômica de Morales beneficiou-se, sem dúvida, de um conjunto de fatores muito positivos que já dera maior fôlego para o governo anterior, de Carlos Mesa e Eduardo Rodriguez Veltzé, verificando-se certa inflexão dos indicadores de regressão econômica do período 1999-2001. Em particular, a alta dos preços internacionais da soja e o aumento da demanda externa de gás natural e petróleo (Brasil e Argentina), paralelo à elevação dos preços internacionais do barril.

Se foi verdade o crescimento relevante dos investimentos infra-estruturais, foram muito menores, por outro lado, os da área social em 2006. Há muito que avançar em termos de capacidade de implementação, tendo em vista a baixa execução orçamentária dos investimentos programados pelos Departamentos e a larga centralização administrativa e burocrática em La Paz. *As bases da gestão macroeconômica neoliberal continuam firmes!*

4. em termos de política externa, o primeiro semestre de Morales foi marcado por forte retórica anti-neoliberalismo e anti-poder americano, quando contou com o rasgado apoio do presidente Chávez e de Fidel Castro, mas também com o apoio moderado do presidente Lula. Culminou essa fase com a nacionalização dos hidrocarbonetos, sem que faltasse a presença das tropas bolivianas e sucessivas afirmativas – inclusive “bravatas” – de ações “imediatas”. Ora, foi obtida, sim, uma renegociação exitosa sobre a partilha da renda do gás natural, ao final do segundo semestre, com implicações seguramente positivas na arrecadação tributária. Entretanto, *a estrutura deficiente de Estado* tornou impossível o objetivo maior de assumir, de forma expedita, o controle da produção, transporte, refinação, armazenagem, distribuição, comercialização e industrialização dos hidrocarbonetos.

Observados os passos mais recentes da política externa de Morales, que incluiu a continuidade na Comunidade Andina e negociações com Argentina e Chile, doses mais acentuadas de pragmatismo e moderação parecem norteá-los. Serão bem-vindos para continuar negociações com o Chile e Peru no que tange a novas propostas de obviar a mediterraneidade boliviana. Quanto às negociações com os Estados Unidos em relação às políticas de erradicação das plantações de coca, a forma de relativizar a enorme pressão norte-americana pela militarização da questão dependerá do sucesso do governo

boliviano em continuar a defender uma interpretação mais ampla do tema do narcotráfico junto aos fóruns internacionais, bem como em fortalecer mecanismos internos de absorção dessa vasta economia “ilegal”.

Referências Bibliográficas.

CANO, W. Economia. In: SADER, E. et al. coords. *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. SP, Boitempo, 2006, pp. 425-440.

CEPAL. *Estudio económico de América Latina y el Caribe*. Santiago, 2005.

CUBA ROJAS, L. P. Bolivia: movimientos sociales, nacionalización y Asamblea Constituyente. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, año VII no.19, enero-abril 2006, pp.55-64.

CUNHA, A. M. Economia boliviana: estrutura interna e inserção internacional. In: ARAÚJO, H. V. de. Org. *Os países da Comunidade Andina*. BSB, FUNAG/IPRI, 2004, v.1.

DUARTE VILLA, R. & DÁVILA URQUIDI, V. Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo. *Política Externa*, v.14, no. 4, março/abril/maio 2006, pp. 63-78.

FERNÁNDEZ SAAVEDRA, G. Bolívia: hora de mudar de direção. *Política Externa*, v.12, no. 4, março/abril/maio 2004, pp. 97-109.

FERNÁNDEZ SAAVEDRA, G. Uma visão das relações entre Bolívia, Chile e Peru. *Política Externa*, v.14, no. 4, março/abril/maio 2006, pp. 27-42.

GARCÍA LINERA, A. Bolívia. In: SADER, E. et al. coords. *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. SP, Boitempo, 2006, pp. 189-2004.

GARCÍA LINERA, A. El evismo: lo nacional-popular en acción. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, año VII no.19, enero-abril 2006, pp. 25-32.

GREBE LÓPEZ, H. Las relaciones económicas externas de Bolivia en la globalización financiera. In GAMBINA, J. org. *La globalización económico-financiera; su impacto en América Latina*. Buenos Aires, CLACSO, 2002,

LAZCANO HENRY, J. C. et ali. La demanda de nulidad de las concesiones hidrocarburíferas en Bolivia. *Realidad Económica*, no. 212, mayo/junio 2005, pp. 19-30.

MAIRA, L. Perspectivas das relações entre o Chile e a Bolívia. *Diplomacia - Estratégia – Política*, no. 5, janeiro-março de 2007, pp. 40-55.

ORELLANA AILLÓN, L. Hacia una caracterización del gobierno de Evo Morales. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, año VII no.19, enero-abril 2006, p. 45-54.

QUIJANO, A. Estado-nación y “movimientos indígenas” en la región Andina: cuestiones abiertas. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, año VII no.19, enero-abril 2006, pp. 15-24.

SOLIZ RADA, A. El mapa vacío: nacionalizar o perecer. *Realidad Económica*, no. 212, mayo/junio 2005, pp. 16-18.

STEFANONI, P. & ALTO, H. do. *La revolución de Evo Morales*. B. Aires, Capital Intelectual, 2006.

VIGEVANI, T. Os novos paradoxos latino-americanos. *Pol. Externa*, v.14(4): 7-17, mar/abr/maio 2006.

VIZENTINI, P. G. F. As relações internacionais da Bolívia: os desafios da globalização e da integração. In: ARAÚJO, H. V. de. Org. *Os países da Comunidade Andina*. BSB, FUNAG/IPRI, 2004, v.1, pp. 345-86.

